

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 82/XIV/ 2.ª SL

Aos 14 dias do mês de julho de 2021, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Formato misto (presencial + videoconferência)

10:00 HORAS

1. *Audição, por videoconferência, da Sociedade Portuguesa de Emergência Pré-Hospitalar, a requerimento oral do PS, sobre a «contratação e formação dos TEPH e condições de trabalho e da frota de ambulâncias»;*
2. *Informações;*
3. *Apreciação e votação das atas n.ºs 77, de 16 de junho, 79 e 80, de 30 de junho, e 81, de 7 de julho de 2021;*
4. *Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 89/XIV/1.ª - «Devolver a autonomia ao Hospital dos Covões (Centro Hospitalar de Coimbra). Pelo direito ao acesso a cuidados de saúde de qualidade» - Relator: Deputado António Maló de Abreu;*
5. *Discussão conjunta dos Projetos de Resolução n.ºs 1156/XIV/2.ª (PCP) - «Pelo reforço da estrutura pública de saúde pública» e 1373/XIV/2.ª (BE) - «Reforço da saúde pública em Portugal»;*
6. *Discussão do Projeto de Resolução n.º 1343/XIV/2.ª (Ninsc. CR), que «Recomenda a instalação de desfibrilhadores automáticos externos (DAE) em todos os recintos desportivos e escolas e o reforço da formação em suporte básico de vida»;*
7. *Discussão e votação do Parecer sobre o «Relatório Anual sobre o Acesso a Cuidados de Saúde no SNS e entidades convencionadas - 2019» - Autora do Parecer: Deputada Paula Santos (PCP);*
8. *Discussão e votação do voto de saudação ao «Dia Mundial do Dador de Sangue» (PS);*
9. *Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 214/XIV/2.ª «Somos transplantados renais, hepáticos, pulmonares e de outros órgãos sólidos, e queremos ser vacinados contra o Covid-19» - Relator: Deputado Bruno Aragão (PS);*
10. *Discussão e votação do requerimento do PCP, que solicita a audição do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, António Lacerda Sales, «para prestação de esclarecimentos sobre o ponto de situação da criação de uma estrutura única no âmbito dos comportamentos aditivos e das dependências»;*



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 82/XIV/ 2.ª SL

11. *Discussão e votação do Parecer relativo ao P JL 856/XIV/2.ª (BE) - «Alargamento da comparticipação de medicamentos a pessoas em situação de insuficiência económica» - Autora do Parecer: Deputada Bebiana Cunha (PAN);*
12. *Discussão do Projeto de Resolução n.º 1383/XIV/2.ª (PCP) - «Pela urgente reabertura da extensão de saúde localizada na Mina de São Domingos – freguesia de Corte do Pinto»;*
13. *Discussão dos Projetos de Resolução n.ºs 1396/XIV/2.ª (PCP) - «Recomenda ao Governo a aceleração da vacinação contra a Covid-19» e 1153/XIV/2.ª (BE) «Massificar a testagem para controlar a pandemia»;*
14. *Discussão do Projeto de Resolução n.º 1400/XIV/2.ª (PCP) – «Recomenda a reversão do hospital de S. Paulo em Serpa para a gestão pública e a sua integração no Serviço Nacional de Saúde»;*
15. *Discussão do Projeto de Resolução n.º 1303/XIV/2.ª (BE) - «Plano estratégico nacional de acesso à reabilitação para sobreviventes de AVC»;*
16. *Discussão do Projeto de Resolução n.º 1304/XIV/2.ª (BE) - «Investimento e requalificação no Centro Hospitalar de Setúbal»;*
17. *Outros assuntos.*

1. Audição, por videoconferência, da Sociedade Portuguesa de Emergência Pré-Hospitalar, a requerimento oral do PS, sobre a «contratação e formação dos TEPH e condições de trabalho e da frota de ambulâncias»

A Presidente cumprimentou o Presidente do Conselho Diretivo da SPEPH, Vítor Matos, e os Vice-Presidentes Carlos Silva e Maria João Melchior, concedendo de seguida a palavra à Deputada Susana Correia, para fazer a sua intervenção.

A Deputada Susana Correia apresentou o requerimento oral do PS, explicando as razões que o fundamentaram, elencando os problemas identificados nas anteriores audições realizadas sobre esta temática. Notou que os portugueses reconhecem o esforço e o valor da profissão e o carácter essencial dos cuidados pré-hospitalares no âmbito dos cuidados de saúde, tendo perguntado que medidas são necessárias, no entender da SPEPH, para aumentar a qualidade do serviço e qual a sua opinião sobre a criação da especialidade de Medicina de Emergência.

O Vice-Presidente, Carlos Silva, salientou que é fundamental considerar a atividade de pré-emergência hospitalar como essencial, mais referindo a importância da formação



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 82/XIV/ 2.ª SL

de nível superior, sendo importante acabar com a confusão das nomenclaturas entre as diversas profissões envolvidas na prestação de cuidados de pré-emergência hospitalar. Destacou igualmente que a SPEPH tem vindo a trabalhar para trazer a paramedicina para o nosso País, adaptando-a à realidade portuguesa, declarando também que propõe o seccionamento das carreiras em técnico de emergência, nível 1 e 2 e paramédico.

Complementando a resposta, a Vice-Presidente, Maria João Melchior, referiu que o INEM realiza cerca de 15% da atividade de emergência em Portugal, sendo que os TEPH não são os únicos profissionais que participam nesta atividade, frisando também que é prioritária a criação da especialidade de Medicina de Emergência.

Dada a palavra aos Deputados presentes, intervieram: Alberto Machado, que reconheceu a importância do trabalho dos TEPH, dizendo que devem ser dadas condições para a prestação do seu serviço, tendo questionado sobre o abandono das carreiras, a não publicação do acordo coletivo de trabalho, a falta de formação dos TEPH e as condições materiais das bases operacionais, ambulâncias e equipamentos; Moisés Ferreira, que lembrou as causas do debate sobre esta temática, reconhecendo que urge resolver a questão das constantes entradas e saídas da carreira, tendo colocado questões sobre as medidas necessárias para a valorizar e as soluções e modelos propostos para se evitar a multiplicação de carreiras.

O Presidente do Conselho Diretivo, Vítor Silva, recordou que os TEPH estão adstritos apenas ao INEM, o que leva à existência de assimetrias a nível regional, pelo que a criação da profissão de Técnico de Emergência assumiria um carácter transversal, comum a todos os organismos envolvidos na emergência pré-hospitalar, com as correspondentes vantagens. Lembrou ainda que, quanto às ambulâncias, existe legislação europeia sobre as mesmas, que não foi totalmente transposta para a ordem jurídica portuguesa, citando alguns exemplos.

Complementando a resposta, Maria João Melchior voltou a lembrar que a uniformização da carreira é fundamental e que a formação existente é claramente insuficiente, devido à inexecuibilidade do modelo de formação. Referiu que o abandono da carreira se deve à desvalorização da mesma, já que as pessoas concorrem e criam certas expectativas que não se cumprem, o que as desencoraja a continuar na profissão. Recordou que a carreira de TEPH foi criada somente para os técnicos do INEM e que a sua formação nunca foi finalizada, tendo-se feito dois cursos em que se completou a



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 82/XIV/ 2.ª SL

parte teórica, mas não a parte prática. Lembrou também a enorme disparidade na formação das pessoas que fazem o socorro/emergência pré-hospitalar e que, mais importante que ter bons equipamentos, é essencial ter pessoal bem formado.

Na segunda ronda de perguntas, interveio a Deputada Susana Correia, para agradecer o contributo e as informações prestadas pela SPEPH.

A Presidente agradeceu a presença do Presidente e Vice-Presidentes da SPEPH, frisando a importância dos seus esclarecimentos, dando de seguida a audição por encerrada.

2. Informações

A Presidente informou que foi solicitada pelo PAR, à Comissão de Saúde, a apreciação de um documento que visa apelar à Comissão Europeia que coloque o tema da saúde mental na sua agenda, desenvolvendo uma «estratégia europeia para a saúde mental» e dedicando um ano a esta temática. A iniciativa do apelo é de um conjunto de Deputados do Parlamento Europeu, pretendendo-se que os Parlamentos nacionais se possam associar e o possam subscrever. Disse que pediu ao GT para a Saúde Mental que fizesse uma análise deste documento, o que aconteceu na reunião que teve lugar, hoje, antes da reunião da Comissão, sendo que a Coordenadora do GT, Deputada Telma Guerreiro, irá reportar o resultado dessa apreciação.

A Deputada Telma Guerreiro deu conta da apreciação feita pelo GT sobre o «*Joint Appeal by Members of the European Parliament and of European National Parliaments Urging the European Commission to Support European Mental Health*», reportando que, maioritariamente, foi dado um parecer favorável à subscrição deste apelo por parte da Assembleia da República, não obstante os Grupos Parlamentares do BE e do PCP terem manifestado algumas reservas.

A Presidente disse que será enviado um ofício ao PAR refletindo este entendimento. Recordou ainda que se aguarda a resposta do Ministro de Estado e das Finanças, que foi convocado para a audição sobre a contratação de profissionais de saúde e investimentos no SNS, requerida pelo PCP, tendo sido propostas duas datas em alternativa: dia 19 de julho, às 15h ou dia 20, às 10h. Foi também convocado para dia 21 de julho, às 10h, o Coordenador da Task-Force para a Vacinação, para a audição conjunta com a CEAMCOVID19, no âmbito das audições mensais requeridas pelo PSD, e que será a última nesta 2.ª sessão legislativa, aguardando-se igualmente resposta.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 82/XIV/ 2.ª SL

Relativamente às audições, a Presidente solicitou ainda que, na primeira reunião da 3.ª sessão legislativa, os requerentes das várias que estão ainda pendentes, indiquem quais as que mantêm atualidade, para que possa ser feita a respetiva programação.

Finalmente, a Presidente informou sobre os pedidos de adiamento, relativamente aos pontos 6 e 15 da OD, requeridos, respetivamente, pelas Deputadas Cristina Rodrigues e Ana Rita Bessa. Também o ponto 7 ficará adiado, uma vez que não foi recebido ainda o Parecer sobre o Relatório de Acesso.

A Deputada Telma Guerreiro solicitou ainda o adiamento do ponto 14.

O Deputado António Maló de Abreu usou da palavra, sobre a questão dos adiamentos, referindo que nada tem a opor a que sejam requeridos e aceites, mas chamou a atenção para o facto de o PS ter solicitado o adiamento dos pontos 5 e 16, que de madrugada reintroduziu, o que não permite a estabilização da OD. Considera que uma coisa será pedir adiamentos, outra reintroduzi-los, pelo que requer que aqueles pontos 5 e 16 se mantenham adiados, como inicialmente foi requerido pelo PS.

A Presidente disse que quando a OD é enviada aos Deputados já está estabilizada, porque previamente foram ouvidos os Coordenadores dos GPs e DURP, sendo por isso que os pedidos de adiamento posteriores são trazidos à Comissão para decisão, e devem ser evitados.

Ficaram assim adiados os pontos 5, 6, 7, 14, 15 e 16.

3. Apreciação e votação das atas n.ºs 77, de 16 de junho, 79 e 80, de 30 de junho, e 81, de 7 de julho de 2021

O Deputado António Maló de Abreu usou da palavra para explicar a declaração que pretende juntar à Ata n.º 77, a propósito dos números de camas para cuidados paliativos que foram referidos pela Deputada Anabela Rodrigues durante a audição da Comissão Nacional de Cuidados Paliativos, no dia 16 de junho.

A Deputada Anabela Rodrigues explicou também o sentido da sua intervenção nessa reunião, em que foi interpelada diretamente pelo Deputado António Maló de Abreu, requerendo também a junção à Ata desta sua declaração, que irá enviar de imediato por escrito.

As Atas n.ºs 77, com as declarações do PSD e do PS em anexo, 79, 80 e 81, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP, do PAN e do CH.

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 82/XIV/ 2.ª SL

4. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 89/XIV/1.ª - «Devolver a autonomia ao Hospital dos Covões (Centro Hospitalar de Coimbra). Pelo direito ao acesso a cuidados de saúde de qualidade» - Relator: Deputado António Maló de Abreu

O Deputado António Maló de Abreu apresentou o Relatório Final da Petição n.º 89/XIV/1.ª, dando conta do seu objeto, procedendo à sua análise e enunciando as diligências efetuadas, que incluíram diversas audições e visitas a unidades hospitalares em Coimbra. Manifestou a sua opinião, enquanto Relator da Petição, dando total razão aos peticionários, concluindo que o Relatório deverá ser remetido ao PAR e aos peticionários, e ainda publicado no DAR.

A Presidente felicitou o Relator, pelo Relatório muito participado, valorizando que expresse nele a sua opinião.

O Deputado João Gouveia saudou o Relator pela coordenação do trabalho e pelas diligências efetuadas. Fez uma pequena precisão na sua intervenção, numa das transcrições das audições, e disse considerar que este processo em muito contribuiu para afastar a ideia de encerramento do Hospital dos Covões, falando-se agora do que importa fazer para o melhorar. Embora discordando de alguns comentários, votará a favor do Relatório.

O Deputado José Manuel Pureza entende que da concentração de serviços e valências no Hospital Universitário e dos encerramentos e degradação dos serviços no Hospital dos Covões, resultou o aparecimento de muitos privados e é um desperdício de competências. Considera que, indo ao encontro do que pedem os peticionários, o país ganhará com um polo hospitalar em Coimbra, com autonomia das suas unidades e tensão virtuosa entre elas, o que implica devolver ao Hospital dos Covões a capacidade de resposta que lhe foi retirada.

A Deputada Paula Santos disse valorizar a forma como os trabalhos foram desenvolvidos e as diligências realizadas. A questão relevante é que o Hospital dos Covões tem vindo a ser alvo de desmantelamento e que o caminho futuro deverá ser o do seu reforço, com maior autonomia, mais valências e equipas, revertendo-se este processo de concentração no Hospital Universitário.

O Relatório Final foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP, do PAN e do CH.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 82/XIV/ 2.ª SL

5. Discussão conjunta dos Projetos de Resolução n.ºs 1156/XIV/2.ª (PCP) - «Pelo reforço da estrutura pública de saúde pública» e 1373/XIV/2.ª (BE) - «Reforço da saúde pública em Portugal»

Este ponto da OD foi adiado.

6. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1343/XIV/2.ª (Ninsc. CR), que «Recomenda a instalação de desfibriladores automáticos externos (DAE) em todos os recintos desportivos e escolas e o reforço da formação em suporte básico de vida»

Este ponto da OD foi adiado.

7. Discussão e votação do Parecer sobre o «Relatório Anual sobre o Acesso a Cuidados de Saúde no SNS e entidades convencionadas - 2019» - Autora do Parecer: Deputada Paula Santos (PCP)

Este ponto da OD foi adiado.

8. Discussão e votação do voto de saudação ao «Dia Mundial do Dador de Sangue» (PS)

O Deputado Luís Soares apresentou o Projeto de Voto n.º 610/XIV/2.ª, proposto pelo PS, «Ao Dia Mundial do Dador de Sangue», que visa saudar «*todos os que, generosa e altruisticamente decidem dar sangue, desejando que o seu número aumente todos os anos para que todas as necessidades sejam efetivamente satisfeitas com a dádiva benévola*». Acrescentou que considera esta temática muito importante, que agradece aos doadores e a todas as associações que promovem a doação de sangue, pois sem o seu contributo Portugal não seria autossuficiente nesta matéria. É preciso continuar a apelar à dádiva de sangue e a trabalhar em prol dos doadores, tendo sido muito relevante a reposição da isenção de taxas moderadoras.

O Deputado Alberto Machado disse que o PSD acompanha este voto, reconhecendo e saudando o altruísmo dos doadores e chamando a atenção para que a dádiva de sangue se tornou ainda mais crítica no último ano e meio, pelo que é necessário aumentar o número de doadores.

A Deputada Paula Santos acrescentou que valoriza imenso os doadores de sangue e as dádivas altruístas, acompanhando também este voto.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 82/XIV/ 2.ª SL

O voto de saudação foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP, do PAN e do CH.

9. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 214/XIV/2.ª «Somos transplantados renais, hepáticos, pulmonares e de outros órgãos sólidos, e queremos ser vacinados contra o Covid-19» - Relator: Deputado Bruno Aragão (PS)

O Deputado Bruno Aragão apresentou o Relatório Final da Petição n.º 214/XIV/2.ª, dando conta do seu objeto, procedendo à sua análise e referindo as diligências efetuadas. Chamou a atenção para o facto de que, neste momento, já são consideradas prioritárias, nos critérios de vacinação, as pessoas com estas patologias, pelo que estão satisfeitos os pedidos dos peticionários. Concluiu dizendo que este Relatório deverá ser enviado ao PAR e aos peticionários, e arquivada a petição.

A Deputada Sandra Pereira cumprimentou o Relator, dizendo que o tempo esgotou esta petição, mas que saúda o movimento cívico que a apresentou.

A Presidente cumprimentou também o Relator e colocou o Relatório Final à votação, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP, do PAN e do CH.

10. Discussão e votação do requerimento do PCP, que solicita a audição do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, António Lacerda Sales, «para prestação de esclarecimentos sobre o ponto de situação da criação de uma estrutura única no âmbito dos comportamentos aditivos e das dependências»

A Deputada Paula Santos apresentou o requerimento do PCP que solicita a audição do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, António Lacerda Sales, «para prestação de esclarecimentos sobre o ponto de situação da criação de uma estrutura única no âmbito dos comportamentos aditivos e das dependências», uma vez que na apresentação do Plano Nacional 2021-2030 se referiu, designadamente, à necessidade de um SICAD mais fortalecido para enfrentar os problemas que se colocam neste âmbito.

A Deputada Elza Pais referiu que o PS nada tem a opor à audição, pois este é um tema muito caro ao PS. Sempre criticou a extinção do Instituto da Droga e da Toxicodependência, mas depois de se regredir não é possível reconstruir tudo de um dia para o outro. Considera que o quadro da pandemia prejudicou o avanço de algumas

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 82/XIV/ 2.ª SL

medidas que estavam na agenda do Governo, mas que este quer avançar, sendo importante que se retome esse caminho.

O Deputado António Maló de Abreu disse concordar com a audição proposta, acompanhando o requerimento.

O requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e do CH.

11. Discussão e votação do Parecer relativo ao P JL 856/XIV/2.ª (BE) - «Alargamento da comparticipação de medicamentos a pessoas em situação de insuficiência económica» - Autora do Parecer: Deputada Bebiana Cunha (PAN)

A Deputada Bebiana Cunha apresentou o Parecer relativo ao P JL 856/XIV/2.ª, do BE, descrevendo o conteúdo da iniciativa legislativa em análise e notando que foram cumpridos todos os requisitos formais e materiais, mostrando disponibilidade para quaisquer esclarecimentos.

A Deputada Joana Lima agradeceu a elaboração do Parecer e referiu que o PS o irá votar favoravelmente.

O Deputado Álvaro Almeida referiu que, formalmente, o Parecer está conforme, mas que a substância do projeto de lei lhe suscita algumas dúvidas de cariz técnico, nomeadamente quanto ao seu alcance e à universalidade das medidas aí propostas, havendo outras soluções que evitam as despesas previstas, concluindo que o mesmo não irá resolver os problemas que pretende solucionar.

O Deputado Moisés Ferreira agradeceu a elaboração do Parecer, bem como os reparos suscitados, referindo que irá acompanhar o mesmo.

Submetido a votação, foram os considerandos e as conclusões do Parecer aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do CDS e CH.

12. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1383/XIV/2.ª (PCP) - «Pela urgente reabertura da extensão de saúde localizada na Mina de São Domingos – freguesia de Corte do Pinto»

O Deputado João Dias apresentou o P JR n.º 1383/XIV/2.ª, dando conta da extensão do concelho de Mértola e da atual situação em termos de cuidados de saúde primários, referindo que a população chega a quadruplicar durante os meses de Verão por conta do turismo, o que justifica a disponibilização de uma resposta pública em saúde, notando



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 82/XIV/ 2.ª SL

a relevância do Centro de Saúde de Mértola nesta resposta. Mais explicou que o Centro de Saúde tem apenas uma extensão, situada na aldeia da Mina de São Domingos, que não obstante as obras de reabilitação e adaptação, continua encerrada, o que dificulta ainda mais o acesso aos cuidados de saúde por parte de uma população maioritariamente idosa, com mobilidade reduzida e com pouca oferta de transportes públicos, o que aumenta a sua vulnerabilidade, sobretudo na atual situação pandémica. O PCP recomenda assim que a extensão do Centro Saúde de Mértola, situada na Mina de São Domingos, seja reaberta imediatamente, dotando-se a mesma dos necessários recursos humanos, devendo ainda incrementar-se a resposta em alturas em que haja um aumento significativo da população, como seja na época balnear, que seja atribuída a toda a população do concelho um médico e um enfermeiro de família, aumentando-se igualmente o número de trabalhadores do Centro de Saúde.

A Deputada Telma Guerreiro referiu que o PS concorda com a urgência da reabertura, notando ter havido pressão para que esta extensão se mantivesse aberta, já que a mesma encerrou devido à falta de médicos. Mais informou que, brevemente, a extensão irá reabrir durante um dia por semana e que está a decorrer um concurso para especialistas de Medicina Geral e Familiar.

O Deputado António Maló de Abreu referiu acompanhar a iniciativa, fazendo votos para que este problema crónico seja resolvido.

O Deputado Moisés Ferreira referiu igualmente acompanhar a recomendação, lembrando que não é por se anunciarem concursos e vagas que o problema se resolve, chamando a atenção para a saída de médicos de família, ficando a dúvida sobre se as vagas abertas chegarão para colmatar as falhas, entendendo serem necessárias medidas extras para fixar profissionais e valorizar a carreira.

A Informação relativa à discussão do PJR n.º 1383 será remetida ao Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

13. Discussão dos Projetos de Resolução n.ºs 1396/XIV/2.ª (PCP) - «Recomenda ao Governo a aceleração da vacinação contra a Covid 19» e 1153/XIV/2.ª (BE) «Massificar a testagem para controlar a pandemia»

A Deputada Paula Santos apresentou o PJR n.º 1396/XIV/2.ª, afirmando que o processo de vacinação contra a Covid-19 não está a decorrer como seria necessário, não

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 82/XIV/ 2.ª SL

obstante a taxa de efetividade muito positiva, observada na redução da mortalidade, na redução de hospitalizações e na redução da incidência nas faixas etárias com mais de 80 anos, sendo que a maior incidência é agora nas faixas etárias que ainda não foram vacinadas. Salientou os constrangimentos que conduziram a atrasos na implementação do Plano de Vacinação, devido à falta de vacinas, tendo apresentado números que espelham essas faltas, notando que se se tivesse cumprido o que estava acordado, praticamente toda a população estaria vacinada por agora. Referiu que os centros de vacinação estão confrontados com dois problemas: a falta de vacinas e a carência de recursos humanos, pois é preciso assegurar a capacidade dos centros de vacinação para aumentar o seu ritmo, mostrando-se por isso necessário contratar mais enfermeiros, algo que o Governo não tem feito e que não é aceitável, tendo identificado também constrangimentos que impedem os trabalhadores de se vacinarem. Disse ainda que é necessário diversificar a compra de vacinas, indo além dos acordos assinados entre a União Europeia e as empresas farmacêuticas, ferramenta essencial para conseguir a aceleração da vacinação através do aumento da disponibilidade de vacinas. O Deputado Moisés Ferreira apresentou o [PJR n.º 1153/XIV/2.ª](#), explicando que o controlo da pandemia de Covid-19 passa por uma identificação rápida dos infetados, e pelo rastreio e testagem da população em geral, para assim se tentar conter o vírus e a pandemia, notando contudo que a necessária intensificação das respostas de testagem e de rastreio nem sempre existiu, o que não é aceitável. Referiu também que para além das medidas de proteção individual e coletiva e da intensificação da vacinação, a resposta à Covid-19 deve igualmente assentar numa estratégia de testagem alargada, notando que no caso de Portugal, essa estratégia não tem existido, elencando alguns pontos que devem ser implementados, nomeadamente a testagem de todos os contactos de risco, a testagem em locais de aglomeração de pessoas, a instalação de pontos de colheita para testagem gratuita, o estabelecimento de parcerias de proximidade e formação com associações e organizações que apoiem grupos sociais mais vulneráveis e/ou excluídos e a testagem massiva nos locais onde se registem surtos ou aumento rápido dos números de novas infeções. Concluiu dizendo que esta estratégia mais alargada se traduz num melhor aproveitamento da capacidade do SNS, ainda que exija algum investimento, e torna a testagem mais acessível a um número muito maior de pessoas, condição essencial para se identificarem com rapidez os novos casos e se



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 82/XIV/ 2.ª SL

interromperem as cadeias de transmissão, fator fundamental para travar o crescimento da situação pandémica.

A Deputada Sara Velez saudou as iniciativas e lembrou a importância da testagem como medida de combate a pandemia, lembrando que, desde a altura em que a presente iniciativa foi admitida, foi criada uma task-force para coordenar o plano de testagem, tendo ainda referido que Portugal é dos países que mais tem vacinado, apresentando números sobre a vacinação e a cobertura das diferentes faixas etárias, salientando que a base do sucesso do plano de vacinação resulta do trabalho dos profissionais e da aceitação da população.

A Deputada Sandra Pereira referiu que o PSD se associa a ambas as iniciativas, lembrando que o compromisso assumido pelo Governo, no que concerne à testagem maciça como um dos meios de controlo da pandemia, ficou aquém do esperado. Salientou ainda que a aceleração do processo de vacinação é essencial e que a disponibilidade de vacinas era o fator limitativo do incrementar do mesmo, dedicando uma palavra a todos os profissionais e ao Coordenador da Task-force, pela maneira como tem conduzido o processo, bastante diferente da maneira atrapalhada como o anterior Coordenador lidou com ele, referindo igualmente que não acompanham o PCP no que concerne à compra de vacinas, pois foi por fazer parte da UE que Portugal pode receber o número de vacinas que recebeu, até ao presente.

A Deputada Sónia Fertuzinhos referiu que o PS não se pode rever na afirmação de que a anterior coordenação da Task-force de vacinação era «uma trapalhada», porque as condições em que esta operava eram totalmente diferentes, quer em termos da situação pandémica, quer em termos de disponibilidade de vacinas, lembrando igualmente que os esforços de aceleração da vacinação se devem à Task-Force e ao Governo.

A Deputada Paula Santos referiu que acompanham a proposta da massificação da testagem, por esta ser uma das armas mais importantes no controlo da pandemia, lembrando ainda a situação da escassez de vacinas, devida ao facto de o País estar amarrado aos acordos com as empresas farmacêuticas.

As Informações relativas à discussão do PJR n.º 1396 (PCP) e à discussão do PJR n.º 1153 (BE) serão remetidas ao Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 82/XIV/ 2.ª SL

14. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1400/XIV/2.ª (PCP) – «Recomenda a reversão do hospital de S. Paulo em Serpa para a gestão pública e a sua integração no Serviço Nacional de Saúde»

Este ponto da OD foi adiado.

15. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1303/XIV/2ª (BE) - «Plano estratégico nacional de acesso à reabilitação para sobreviventes de AVC»

Este ponto da OD foi adiado.

16. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1304/XIV/2.ª (BE) - «Investimento e requalificação no Centro Hospitalar de Setúbal»

Este ponto da OD foi adiado.

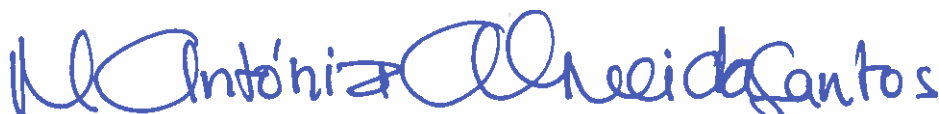
17. Outros assuntos

Foi remetida pela DAPLEN a proposta de redação final do texto resultante do PJR n.º 1290/XIV/2.ª (PAN) – que «Recomenda ao Governo que torne públicos os dados decorrentes do artigo 3.º da Portaria n.º 310/2016, referentes a obstetrícia e neonatologia». Não tendo sido manifestada oposição a este texto, ficou fixada a redação final com as sugestões da DAPLEN.

A reunião foi encerrada às 13:26 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a respetiva gravação ser acedida neste [link](#) e neste [link](#).

Palácio de São Bento, 14 julho de 2021.

A PRESIDENTE



(MARIA ANTÓNIA DE ALMEIDA SANTOS)



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 82/XIV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Rodrigues (PS)
Bruno Aragão (PS)
Cristina Jesus (PS)
Hortense Martins (PS)
Joana Lima (PS)
Maria Antónia De Almeida Santos (PS)
Sónia Fertuzinhos (PS)
Susana Amador (PS)
Susana Correia (PS)
Telma Guerreiro (PS)
Alberto Machado (PSD)
Álvaro Almeida (PSD)
António Maló De Abreu (PSD)
Pedro Alves (PSD)
Rui Cristina (PSD)
Sandra Pereira (PSD)
José Manuel Pureza (BE)
Moisés Ferreira (BE)
Paula Santos (PCP)
Bebiana Cunha (PAN)
Elza Pais (PS)
Francisco Rocha (PS)
Ivan Gonçalves (PS)
João Gouveia (PS)
Luís Graça (PS)
Luís Soares (PS)
Marta Freitas (PS)
Sara Velez (PS)
Fernanda Velez (PSD)
Helga Correia (PSD)
João Dias (PCP)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Cláudia Bento (PSD)
Ricardo Baptista Leite (PSD)
Ana Rita Bessa (CDS-PP)
André Ventura (CH)